

CRUZEIRO SAF 
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS **2022**




Índice	
Balanco patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração do fluxo de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8
1. Contexto operacional	8
2. Base de preparação e principais práticas contábeis.....	10
3. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	16
4. Contas a receber.....	16
5. Depósitos judiciais.....	17
6. Intangível.....	17
7. Imobilizado	18
8. Contas a pagar de transferência de jogadores	18
9. Empréstimos e financiamentos	19
10. Impostos e contribuições.....	19
11. Obrigações trabalhistas e sociais.....	19
12. Provisão para contingências e acordos judiciais.....	20
13. Receitas a apropriar	20
14. Patrimônio Líquido	20
15. Receita operacional líquida	21
16. Custos do Futebol	22
17. Despesas gerais e administrativas.....	22
18. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23
19. Receitas (despesas) financeiras, líquidas.....	23
20. Transações com partes relacionadas	24
21. Gestão de riscos	25
22. Eventos subsequentes	26
Declaração sobre a aprovação das demonstrações financeiras e sobre o relatório dos auditores independentes	27
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	28





Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022

	<u>Nota</u>	<u>Em 31/12/2022</u>
Ativos		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	15.598
Contas a receber - terceiros	4	18.665
Contas a receber na transferência de jogadores	4.1	1.920
Impostos a recuperar		147
Outros ativos		<u>2</u>
Total do ativo circulante		<u>36.332</u>
Não circulante		
Depósitos judiciais		469
Contas a receber - partes relacionadas	20	<u>97.836</u>
Total do Realizável a longo prazo		98.305
Intangível	6	31.989
Imobilizado	7	<u>220.353</u>
Total do ativo não circulante		<u>350.647</u>
Total de ativos		<u><u>386.979</u></u>
	<u>Nota</u>	<u>Em 31/12/2022</u>
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores e outras obrigações		9.146
Contas a pagar na transferência de jogadores	8	2.563
Empréstimos e financiamentos	9	5.000
Luvas e intermediação de atletas a pagar		18.296
Adiantamento a clientes		1.062
Impostos e contribuições	10	4.540
Obrigações trabalhistas e sociais	11	8.132
Contingências e acordos judiciais	12	10.361
Receitas a apropriar	13	30.057
Obrigações com partes relacionadas	20	22.694
Obrigações com partes relacionadas - centros de treinamento	20	12.726
Outros passivos		<u>3.293</u>
Total do passivo circulante		<u>127.870</u>
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	9	14.719
Obrigações com partes relacionadas - centros de treinamento	20	<u>196.112</u>
Total do passivo não circulante		<u>210.831</u>
Total do passivo		<u>338.701</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	14	72.920
Prejuízos acumulados		<u>(24.642)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>48.278</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>386.979</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras





Demonstração do resultado

Período entre 4 de fevereiro a 31 de dezembro de 2022

	<u>Nota</u>	<u>Período entre 04/02/2022 e 31/12/2022</u>
Receita operacional líquida	15	146.128
Custo das atividades desportivas	16	<u>(108.703)</u>
Lucro bruto		37.425
Despesas gerais e administrativas	17	(37.392)
Outras receitas (despesas)	18	<u>(24.964)</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro		<u>(24.931)</u>
Receitas financeiras		1.422
Despesas financeiras		<u>(1.133)</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	19	<u>289</u>
Prejuízo do período		<u><u>(24.642)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras





Demonstração do resultado abrangente

Período entre 4 de fevereiro a 31 de dezembro de 2022

	Período entre 04/02/2022 e 31/12/2022
Prejuízo do período	(24.642)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	<hr/>
Total do resultado abrangente do período	<hr/> (24.642) <hr/>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras





Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período entre 4 de fevereiro a 31 de dezembro de 2022

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldo em 4 de fevereiro de 2022 (data de início das operações)			
Aumento de capital (Nota 14.1)			
Integralização de capital pelo Cruzeiro Associação	22.920		22.920
Integralização de capital pela Tara Sports	50.000		50.000
Prejuízo do exercício		(24.642)	(24.642)
Outras movimentações			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>72.920</u>	<u>(24.642)</u>	<u>48.278</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras





Demonstração do fluxo de caixa

Período entre 4 de fevereiro a 31 de dezembro de 2022

	Período entre 04/02/2022 e 31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Atividades operacionais	
Prejuízo do período	(24.642)
Ajustes de:	
Amortização dos direitos de jogadores	5.773
Depreciação e amortização de outros ativos tangíveis e intangíveis	1.773
Provisões	10.361
Despesas financeiras referentes a juros de empréstimos	755
Receita a apropriar de contratos transferidos para a Companhia	(32.466)
Prejuízo do exercício, ajustado	(38.446)
Variações nos ativos e passivos	
Contas a receber/ a pagar com partes relacionadas	7.322
Contas a receber de clientes	(18.665)
Contas a receber por venda de jogador	(1.920)
Depósitos judiciais	(469)
Outros ativos	(149)
Fornecedores	9.146
Contas a pagar de transferência de jogador	20.859
Impostos e contribuições a pagar	4.540
Obrigações trabalhistas e sociais	8.132
Receita diferida	(12.068)
Outros passivos	4.355
Caixa aplicado nas operações	(17.363)
Juros pagos referentes a empréstimos	(755)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(18.118)
Atividades de investimentos	
Investimento em ativos intangíveis	(30.614)
Investimento no ativo imobilizado	(5.399)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(36.013)
Atividades de financiamento	
Aumento de capital em caixa	50.010
Obtenção de empréstimos	20.000
Pagamento de empréstimos	(281)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	69.729
Aumento de caixa	15.598
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.598
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15.598
Transações que não envolvem caixa	
Aumento de capital com cessão de direitos econômicos de atletas	22.910
Aquisição de ativo fixo com assunção de dívida - parcelamento fiscal PERSE	216.727
Contas a pagar assumidas em contrapartida a valores a receber da Associação	90.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras





Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

O Cruzeiro Esporte Clube - Sociedade Anônima do Futebol “Cruzeiro SAF” ou “Companhia” é uma sociedade anônima do futebol com sede na Avenida Otacílio Negrão de Lima, nº 6.860, Bairro Bandeirantes, Belo Horizonte no estado de Minas Gerais inscrita no CNPJ/ME nº 44.490.706/000154.

A Companhia foi constituída no dia 6 de dezembro de 2021, data do registro da escritura pública de constituição datada de 26 de novembro de 2021, com prazo indeterminado de duração nos termos da Lei nº 14.193/2021 (“Lei da SAF”) e se rege pelas leis e usos do comércio, por seu estatuto social, pela própria Lei da SAF e subsidiariamente pelas Lei nº 6.404/76, e pela Lei nº 9.615/98, bem como demais leis, normas e regulamentos a ela aplicáveis.

O Cruzeiro SAF iniciou suas operações em 4 de fevereiro de 2022, tendo permanecido dormente, e sem transações com impactos contábeis relevantes no resultado do período, entre a data de constituição e a data de início de suas operações, razão pela qual a Companhia optou por preparar as demonstrações financeiras considerando a data de início das operações e não a data de constituição da Companhia. Certas transações realizadas pelo Cruzeiro Associação anteriormente à data de início das operações estão descritas na Nota explicativa 1.1.

A Companhia foi constituída e tem parte do seu patrimônio decorrente da cisão (Nota 1.1, abaixo) e transferência da atividade de futebol do Cruzeiro Esporte Clube (“Cruzeiro Associação” ou “Clube”), associação civil, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.241.878/000111, com sede na cidade de Belo Horizonte, que protocolou, em 11 de julho de 2022, pedido de recuperação judicial que já foi deferido pela Justiça e se encontra em fase de aprovação pelos credores.

Em conformidade com a Lei da SAF e acordo privado firmado (“Acordo de Investimento”) datado de 7 de abril de 2022 entre a Tara Sports Brasil, a Companhia e o Cruzeiro Associação, o Cruzeiro Associação transferiu as atividades do futebol para o Cruzeiro SAF, a termo após a data de início das suas operações.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social total e votante é 90% de propriedade da Tara Sports Brasil Participações Ltda (“Tara Sports Brasil” ou “Investidor”) e 10% do Cruzeiro Associação.

A Lei da SAF prevê, como regra, que as sociedades anônimas do futebol (SAF) não respondem pelas obrigações do clube original que sejam anteriores ou posteriores à data de sua constituição, exceto quanto às obrigações diretamente vinculadas às atividades de futebol e que lhe foram transferidas. Em relação às obrigações do futebol anteriores ao início das operações da SAF, a Lei da SAF estabeleceu formas para proteger o patrimônio das SAF, estipulando que o pagamento de tais obrigações do futebol anteriores ao início das operações das SAF devem ser feitas pelo clube original por intermédio do Regime Centralizado de Execuções (“RCE”) ou por meio de recuperação judicial (“RJ”) ou extrajudicial (“RE”) do clube original. Ou seja, enquanto as dívidas do clube original estiverem sendo equacionadas por meio de uma das formas previstas na Lei da SAF, acima descritas, o patrimônio da SAF e não podem ser objeto de constrições.

Adicionalmente, o Acordo de Investimentos, conforme alterado de tempos em tempos, rege que o Cruzeiro SAF será responsável exclusivamente pelas obrigações que lhe foram expressamente transferidas nos termos deste acordo e as dívidas do Cruzeiro Associação deverão ser equacionadas por meio de um plano de reestruturação e pagamento dos passivos, a ser implementado através de uma RJ proposta por iniciativa do Cruzeiro Associação, com o auxílio financeiro do Cruzeiro SAF.

A Companhia tem por objeto social: (i) o fomento e o desenvolvimento de atividades relacionadas com a prática do futebol; (ii) a formação de atleta profissional de futebol, nas modalidades feminino e masculino, e a obtenção de receitas decorrentes da transação dos seus direitos desportivos; (iii) a exploração, sob qualquer forma, dos direitos de propriedade intelectual de sua titularidade ou dos quais seja cessionária; (iv) a exploração de direitos de propriedade intelectual de terceiros, relacionados ao futebol; (v) a exploração econômica de ativos, inclusive imobiliários, sobre os quais detenha direitos; (vi) quaisquer outras atividades conexas ao futebol e ao patrimônio da Companhia, incluída a organização de espetáculos esportivos, sociais ou culturais; (vii) criação e manutenção de equipes profissionais de futebol nas modalidades masculino e feminino; (viii) gestão de instalações imobiliárias esportivas; (ix) planejamento, produção, realização, gerenciamento, promoção e contratação de eventos e atividades esportivas e futebolísticas, organização de espetáculos esportivos, sociais ou culturais, com ou sem patrocínio; (x) transação, negociação e/ou cessão de direitos econômicos referentes à contratação de atletas profissionais de futebol; (xi) comércio de materiais esportivos relacionados ao futebol; e (xii) criação e exploração de conteúdos digitais ligados à atividade de futebol, administração de programa de sócio torcedor ou de fidelidade.

A Companhia será administrada por um conselho de administração e por uma diretoria, na forma da legislação aplicável, no seu estatuto e em acordo de acionistas registrados na sede da Companhia. A diretoria é composta por 2 membros, o conselho de administração é composto por 5 membros e o conselho fiscal é composto por 3 membros.





1.1 Efeitos contábeis da cisão parcial do Cruzeiro Associação e dos ajustes subsequentes até início das operações da Companhia

Com o início de suas operações em 4 de fevereiro de 2022, a Companhia reconheceu obrigações e direitos em consonância com a Lei da SAF e o Acordo de Investimentos. O Acordo de Investimento prevê o direito do Cruzeiro SAF a ser reembolsado por valores que venham a ser pagos decorrentes da transferência de ativos e passivos bem como despesas e obrigações do Cruzeiro Associação perante terceiros cujo fato gerador seja anterior a data do início das operações da SAF. O quadro abaixo sumariza os impactos contábeis no momento do início das operações:

	Ajustes subsequentes								
	Cruzeiro SAF antes da cisão	Acervo incorporado da parcela cindida do Cruzeiro Associação	Amortização acumulada sobre os direitos econômicos transferidos não computada no valor transferido	Baixa de direitos econômicos de atletas dispensados pelo Cruzeiro Associação antes do início das operações do Cruzeiro SAF	Contas a pagar a atletas e colaboradores transferidos para o Cruzeiro SAF	Ressarcimento de antecipações de caixa recebidas pela Associação em contratos de patrocínio e direitos de transmissão	Recebimento de mútuo de Sócio Investidor	Pagamentos de dívidas do Cruzeiro Associação para Companhia sem ressarcimento, conforme acordo de investimento	Cruzeiro SAF - pós cisão e ajustes
Ativos									
Ativo circulante									
Caixa e equivalentes de caixa		10					26.000	(20.478)	5.532
Ativo não circulante									
Contas a receber - partes relacionadas Intangível			6.301	8.270	1.191	74.591			90.353
Direitos econômicos de atletas		22.910	(6.301)	(8.270)	12.321				20.660
		22.910			13.512	74.591			111.013
Total de ativos		22.920			13.512	74.591	26.000	(20.478)	116.545
Passivo e patrimônio líquido									
Passivo circulante									
Circulante									
Mútuos a pagar							26.000		26.000
Contas a pagar de luvas e comissões a terceiros					12.321				12.321
Encargos sociais					1.191				1.191
					13.512		26.000		39.512
Não circulante									
Receita diferida						74.591			74.591
Total do passivo					13.512	74.591	26.000		114.103
Patrimônio líquido									
Capital social		22.920							22.920
Prejuízos acumulados								(20.478)	(20.478)
Total do patrimônio líquido		22.920						(20.478)	2.442
Total do passivo e patrimônio líquido		22.920			13.512	74.591	26.000	(20.478)	116.545

Informações adicionais sobre integralização de capital inicial na Companhia estão descritas na Nota explicativa 14.



1.2 Planos da Administração

A administração tem adotado iniciativas em resposta aos grandes desafios financeiros do Cruzeiro SAF, incluindo, porém não se limitando, ao planejamento estratégico junto à consultoria de estratégia internacional e ao Conselho Consultivo não deliberativo, órgão não estatutário que conta com algumas das mentes mais brilhantes do Brasil auxiliando nos mais diversos temas como:

- Busca contínua de aumento de receitas de direitos de transmissão e criação de conteúdo, bem como negociação com players da indústria do entretenimento;
- Estratégia para o aumento de receitas recorrentes vinculado aos programas de fidelidade, sócio torcedor, bilheteria e todas as receitas em dias de partida (*match day*);
- Desenvolvimento de estratégias para aumento nas receitas de publicidade e patrocínio;
- Implementação de estratégia de longo prazo para evolução nas receitas de transação de atletas profissionais e base;
- Desenvolvimento de novas linhas de negócio de marketing por meio de plataformas tecnológicas que permitam a ampliação do CRM e criação do ecossistema digital da Companhia;
- Investimentos estratégico em captação, capacitação e valorização de talentos;
- Implementação do plano de diretor de infraestrutura da Companhia com otimização dos custos e potencialização dos resultados desportivos;
- Rigor no cumprimento das obrigações e acordos negociados de forma a reconstruir a credibilidade junto aos *players* do mercado de futebol com relação a marca gerenciada pela Companhia; e
- Implementação de processos e governança em níveis acima dos observados na indústria do futebol brasileiro.

Além disso, o Cruzeiro SAF investe constantemente em pessoal técnico e qualificado para uma gestão inteligente e eficiente na proteção dos fluxos de caixa e patrimônio do Cruzeiro SAF gerenciando potenciais conflitos entre resultados de curto e longo prazos.

2. Base de preparação e principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, específicas para entidades desportivas, ITG 2003 (R1). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, não havendo instrumentos mensurados pelo valor justo ao final do período.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Cruzeiro SAF no processo de aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas. O Cruzeiro SAF revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano. As estimativas e julgamentos relevantes estão descritos na Nota explicativa 2.13.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação do Cruzeiro SAF.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Encargos e efeitos tributários atribuídos à variação cambial sobre esses itens monetários são também reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Itens não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas em que o valor justo tiver sido mensurado. Os ganhos ou perdas resultantes da conversão de itens não monetários mensurados ao valor justo são tratados de acordo com o reconhecimento aplicável ao ganho ou perda sobre a variação do valor justo do item (ou seja, diferenças de conversão para itens cujo ganho ou perda de valor justo é reconhecido em outros resultados abrangentes ou no resultado do período também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou no resultado do período, respectivamente).





2 Base de preparação e principais práticas contábeis (continuação)

2.1 Conversão em moeda estrangeira (continuação)

Na determinação da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial do respectivo ativo, despesa ou receita (ou parte dele) relacionada a pagamento ou recebimento antecipado, a data da transação é a data em que o Cruzeiro SAF reconhece inicialmente o ativo não monetário ou o passivo não monetário decorrente do pagamento ou do recebimento antecipado. Quando há vários pagamentos ou recebimentos antecipados, o Cruzeiro SAF determina a data da transação para cada pagamento ou recebimento da contraprestação antecipada.

2.2 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são considerados circulantes quando se espera que sejam realizados dentro dos doze meses seguintes. Já os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores em que serão liquidados, considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.

2.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. Já o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado e registrado somente se for considerado relevante em relação às demonstrações financeiras como um todo. Para determinar a relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em alguns casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.4 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um acordo contratual que gera um ativo financeiro para uma entidade e, ao mesmo tempo, um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros podem ser classificados em três categorias:

- (i) mensurado ao custo amortizado
- (ii) mensurado ao valor justo dos outros resultados abrangentes e
- (iii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

O Cruzeiro SAF considerou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma.

O Cruzeiro SAF reconhece seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente pagamento de principal e juros. Essa categoria inclui caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, recebíveis e outros ativos financeiros. Nenhuma nova mensuração de ativos financeiros foi realizada.

O Cruzeiro SAF classifica seus ativos e passivos financeiros como custo amortizado e valor justo por meio do resultado financeiro. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Conforme Nota explicativa 21.1, os instrumentos financeiros da Companhia estavam integralmente classificados na categoria "instrumentos financeiros ao custo amortizado", em 31 de dezembro de 2022.

Ativos financeiros - mensuração inicial

No reconhecimento inicial o Cruzeiro SAF mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Ativos financeiros - mensuração subsequente

Os ativos financeiros ao custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.





2 Base de preparação e principais práticas contábeis (continuação)

2.4 Instrumentos financeiros (continuação)

Redução ao valor recuperável

O Cruzeiro SAF reconhece provisão para perda de crédito esperado para seus ativos classificados ao custo amortizado. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e em modelos construídos para esse fim.

Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a administração levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, as características de risco de crédito das operações, seus segmentos de atuação e dos clientes e estabeleceu uma matriz de provisionamento baseada em sua taxa histórica de inadimplência, ajustada por fatores prospectivos específicos para os devedores e pelo ambiente econômico.

Passivos financeiros - reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e contas a pagar).

Passivos financeiros - mensuração subsequente

Os passivos financeiros ao custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva.

Os principais ativos e passivos financeiros do Cruzeiro SAF são:

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Contas a receber (incluindo transferência de jogadores)

O saldo de contas a receber de clientes corresponde, substancialmente, aos valores a receber pela negociação de atletas no curso normal das atividades do Cruzeiro SAF, licenciamento de marca e patrocínios.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Cruzeiro SAF não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e é analisada individualmente. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

Contas a pagar a fornecedores (incluindo na transferência de jogadores)

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Passivos Financeiros (Empréstimos e Financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Outros ativos e passivos financeiros

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).





2 Base de preparação e principais práticas contábeis (continuação)

2.5 Estoques

Os estoques são compostos por materiais esportivos e de consumo e estão avaliados ao custo médio de aquisição.

2.6 Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens. Gastos com reparos e manutenção que não aumentam a vida útil do ativo são reconhecidos como despesa quando incorridos.

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

2.7 Intangível

O ativo intangível é composto, principalmente, por direitos econômicos de atletas profissionais e pelo custo de formação de atletas, conforme detalhado a seguir:

Atletas profissionais

Nessa rubrica estão registrados os gastos incorridos com atletas profissionais, adquiridos de terceiros ou formados na base, que são transferidos da rubrica “atletas em formação” para “atletas profissionais”, quando da profissionalização do atleta. Os custos associados à aquisição de registros de jogadores de terceiros são capitalizados pelo valor justo da contraprestação a pagar. Os custos incluem taxas de transferência, taxas de agentes incorridas pelo Clube e outros custos diretamente atribuíveis. Os custos também incluem o valor justo de qualquer contraprestação contingente, que é devida ao antigo clube do jogador quando o pagamento se torne provável. Reavaliações subsequentes do valor da contraprestação contingente pagável também são reconhecidas no custo do jogador.

Os custos dos direitos dos jogadores são integralmente amortizados pelo método linear durante o período abrangido pelo contrato do jogador. Quando um contrato é prorrogado, quaisquer custos associados com garantia da prorrogação são acrescidos ao saldo não amortizado (na data do aditamento) e o valor contábil revisado é amortizado durante a vida revisada restante do contrato.

Atletas em formação

Reconhecidos pelos valores gastos diretamente relacionados com a formação de atletas (alojamento, alimentação, transporte, educação, vestuário, assistência médica, comissão técnica, etc.). A Companhia capitaliza os custos de formação de atletas das categorias sub-15 (infantil), sub-17 (juvenil) e sub-20 (júnior), sendo os gastos incorridos com atletas das categorias inferiores reconhecidos diretamente no resultado do período. Quando da profissionalização do atleta, os custos são transferidos para a conta específica de “Atletas formados” e amortizados no resultado do período pelo método linear, tal como descrito mais acima no tópico “atletas profissionais”.

2.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Cruzeiro SAF espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é registrada no resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para contingências

O Cruzeiro SAF é parte de diversos processos judiciais e administrativos. A provisão para contingências é constituída para as discussões judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.





2 Base de preparação e principais práticas contábeis (continuação)

2.8 Provisões (continuação)

Obrigações de auxílio financeiro para o pagamento da recuperação judicial do Cruzeiro Associação

Conforme Notas explicativas 1 e 20, a Companhia tem obrigação de auxiliar financeiramente o Cruzeiro Esporte Clube até o pagamento integral das dívidas cíveis e trabalhistas do Clube, através de uma recuperação judicial proposta por iniciativa do Cruzeiro Associação, ainda pendente de aprovação pelos credores do Cruzeiro Associação na data de emissão deste relatório.

A administração entende, à luz do Acordo de Investimento e da Lei da SAF, que a Companhia não possui uma obrigação presente, mas sim futura, de auxiliar financeiramente o Cruzeiro Associação de acordo com os prazos de pagamento previstos no plano de recuperação judicial ("PRJ") do Cruzeiro Associação. Como resultado, a Administração concluiu que a obrigação de pagar o auxílio financeiro ao Cruzeiro Associação será reconhecida progressivamente de acordo com os prazos de pagamento previstos no PRJ do Cruzeiro Associação.

2.9 Reconhecimento de receita

A receita de contrato é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Cruzeiro SAF espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O Cruzeiro SAF conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita, excetuando-se os serviços de compras relacionados abaixo, porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los.

Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, o Cruzeiro SAF estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência dos direitos ou serviços. A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida. Alguns contratos para venda de direitos profissionais sobre atletas fornecem aos clientes o direito de rescisão caso algumas condições não sejam satisfeitas em um período pré-determinado, condições essas que dão origem a contraprestação variável.

Receita com direito de transmissão de jogos

As receitas com direito de transmissão de jogos são contabilizadas com base nos contratos celebrados com as empresas de mídia detentoras desses direitos e reconhecidas em conformidade com a competência dos eventos (jogos) vinculados a esses contratos. A receita do bônus de assinatura do contrato de direitos de transmissão referente às temporadas 2019-2024 do Campeonato Brasileiro, recebida em caixa em anos anteriores, é reconhecida no resultado do período também de acordo com os eventos (jogos) vinculados a esse contrato. O principal contrato de direitos de transmissão, em Reais, compreende um elemento fixo (que é reconhecido igualmente à medida que cada obrigação de desempenho é satisfeita, ou seja, à medida que cada partida do campeonato é disputada) e premiações por performance (que, sendo variáveis, são reconhecidas quando cada partida é jogada, com base na estimativa da administração da posição em que o Cruzeiro SAF terminará no final do temporada de futebol, ou seja, o resultado mais provável e na medida em que seja considerado altamente provável que nenhuma receita reconhecida será revertido). Os direitos de transmissão relativos às participações em competições internacionais compreendem pagamentos que são reconhecidos ao longo dos jogos disputados na competição.

Receitas de publicidade (patrocínios)

As receitas com patrocínio são contabilizadas com base nos contratos celebrados com os respectivos patrocinadores, de acordo com a vigência estipulada para veiculação de sua marca junto ao Cruzeiro SAF.

Receita de repasse de direitos federativos sobre atletas

Receitas com repasses de direitos federativos são contabilizadas quando os contratos são assinados e/ou os direitos profissionais sobre atleta são transferidos ao outro Cruzeiro SAF.

Receita de mecanismo de solidariedade

Decorrente do recebimento de um percentual destinado de todos os valores pagos pelas transferências dos atletas aos clubes que participaram de sua formação, conforme previsto no artigo 21 do Regulamento de Transferências da FIFA (para transferências internacionais) ou no artigo 29-A da Lei n. 9.615/98 (para transferências nacionais) com o intuito de beneficiar os clubes formadores e de compensá-los financeiramente. Considerando que os detalhes contratuais de cada transação de cessão de direitos econômicos sobre atletas não são de conhecimento público, a possibilidade de conhecer e mensurar o valor cabível - e, portanto, determinar a receita correspondente - não ocorre de modo automático. A propósito, quando se trata de transferências internacionais, a apuração do mecanismo de solidariedade é centralizada na Câmara de Compensação da FIFA, que centraliza a captura das informações junto a Companhia envolvidos na transferência, calcula os montantes devidos e informa aos clubes formadores.





2 Base de preparação e principais práticas contábeis (continuação)

2.9 Reconhecimento de receita (continuação)

Receita com direito de transmissão de jogos

As receitas com direito de transmissão de jogos são contabilizadas com base nos contratos celebrados com as empresas de mídia detentoras desses direitos e reconhecidas em conformidade com a competência dos eventos vinculados a esses contratos. Nos casos de torneios como a Copa do Brasil e Libertadores, a receita é reconhecida pelos valores determinados e recebidos conforme participação em cada fase do torneio.

Receitas de royalties (Licenciamento de produtos)

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência, de acordo com a metodologia e taxas percentuais definidas nos contratos celebrados com os franqueados.

Receitas de bônus de assinatura (Luvas)

A taxa inicial não restituível é reconhecida como um pagamento antecipado por bens ou serviços futuros, sendo a receita registrada quando esses bens ou serviços são prestados, pelo regime de competência.

Receitas de bilheteria

As receitas de bilheteria são contabilizadas com base nos borderôs dos jogos conforme a realização dos eventos.

2.10 Informações por segmento

O Cruzeiro SAF opera apenas no segmento do futebol. Além da análise do segmento como um todo, foi incluída divulgação adicional do resultado, para atendimento à ITG 2003 (R1), desagregando o resultado por tipo de receita. Adicionalmente, a receita da Companhia é majoritariamente gerada pela exploração comercial da marca e futebol masculino profissional.

2.11 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

2.12 Demonstração do resultado abrangente

O Cruzeiro SAF não possui itens de receitas e despesas com natureza que afete a demonstração do resultado abrangente.

2.13 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras do Cruzeiro SAF requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

Provisão para contingências movidas por ex-funcionários do Cruzeiro Associação

A Lei da SAF prevê, como regra, que as sociedades anônimas do futebol (SAF) não respondem pelas obrigações do clube original que sejam anteriores ou posteriores à data de sua constituição, exceto quanto às obrigações diretamente vinculadas às atividades de futebol e que lhe foram transferidas. Em relação às obrigações do futebol anteriores ao início das operações da SAF, a Lei da SAF estabeleceu formas para proteger o patrimônio das SAF, estipulando que o pagamento de tais obrigações do futebol anteriores ao início das operações das SAF devem ser feitas pelo clube original por intermédio do Regime Centralizado de Execuções ("RCE") ou por meio de recuperação judicial ("RJ") ou extrajudicial ("RE") do clube original. Ou seja, enquanto as dívidas do clube original estiverem sendo equacionadas por meio de uma das formas previstas na Lei da SAF, acima descritas, o patrimônio da SAF não pode ser objeto de constrições.





2 Base de preparação e principais práticas contábeis (continuação)

2.13 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Obrigação de auxílio financeiro para o Cruzeiro Associação

Conforme descrito na Nota explicativa 2.8 às demonstrações financeiras, a administração entende, à luz do Acordo de Investimento e da Lei da SAF, que a Companhia não possui uma obrigação presente, mas sim futura, de auxiliar financeiramente o Cruzeiro Associação de acordo com os prazos de pagamento previstos no plano de recuperação judicial ("PRJ") do Cruzeiro Associação. Como resultado, a Administração concluiu que a obrigação de pagar o auxílio financeiro ao Cruzeiro Associação será reconhecida progressivamente de acordo com os prazos de pagamento previstos no PRJ do Cruzeiro Associação.

2.14 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2022

As normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2022, não apresentam impactos nas demonstrações financeiras do Cruzeiro SAF. O Cruzeiro SAF decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

Em relação aos pronunciamentos novos, a serem implementados nos anos subsequentes, não é esperado que tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Cruzeiro SAF.

3. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>Em 31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	
Recursos em caixa e depósitos bancários	3.992
Aplicações financeiras equivalentes a caixa	11.606
	<u>15.598</u>

O saldo de caixa e equivalentes de caixa contempla numerário em caixa, saldo em bancos e investimentos de liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado e vencimentos não superiores a 90 dias. Essas aplicações mantidas até o vencimento estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

4. Contas a receber

	<u>Em 31/12/2022</u>
Contas a receber	
Licenciamento de marcas e patrocínio	10.548
Direitos de transmissão a receber	3.429
Direitos de contratos de patrocínio a receber	824
Outras	3.864
Menos: provisão para impairment de contas a receber	<u> </u>
Contas a receber, líquidas	<u>18.665</u>

O saldo de contas a receber é, inicialmente, reconhecido pelo valor justo e, subsequentemente pelo custo amortizado. É constituída provisão para perdas estimadas/ *impairment* sobre as contas a receber em montante considerado suficiente pela administração com base no critério de perda esperada.





4 Contas a receber (continuação)

4.1 Contas a receber – Transferência de jogadores

Em ref. a:	Em 31/12/2022
Venda de direitos econômicos (i)	1.090
Mecanismo de solidariedade (ii)	830
Contas a receber na transferência de jogadores	<u>1.920</u>

- (i) Valor referente a venda dos direitos do atleta Jadsom M. de O. da Silva.
- (ii) Valores a receber referente ao mecanismo de solidariedade da venda dos direitos econômicos dos atletas:
- Fabrizio Bruno do Redbull Bragantino para o Clube de Regatas do Flamengo
 - Murilo C. Paim do Lokomotiv Moscou para a Sociedade Esportiva Palmeiras
 - Éderson José dos Santos Lourenço do Unione Sportiva Salernitana para Atalanta Bergamasca Calcio.

5. Depósitos judiciais

O Cruzeiro SAF é parte envolvida em processos de natureza trabalhista, cível, tributária dentre outras discutidas em juízo. Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais a disposição do juízo para permitir a interposição de recursos nos termos da lei.

6. Intangível

O ativo intangível está composto por direitos econômicos sobre atletas profissionais e em formação, mensurados conforme política contábil descrita na Nota explicativa 2.7 às demonstrações financeiras.

	Em 31 de dezembro de 2022		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Atletas profissionais	29.165	(5.773)	23.392
Atletas em formação	8.597		8.597
	<u>37.762</u>	<u>(5.773)</u>	<u>31.989</u>

A movimentação no período foi a seguinte:

	Efeitos da cisão do Cruzeiro Associação e ajustes subsequentes (Nota 1.1)	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Custo dos direitos dos atletas profissionais e em formação	20.660	38.717	(21.615)	37.762
Direitos econômicos dos atletas profissionais e em formação		(9.431)	3.658	(5.773)
Ativo intangível, líquido	<u>20.660</u>	<u>29.286</u>	<u>(17.957)</u>	<u>31.989</u>

Percentuais dos direitos econômicos dos Atletas

Percentuais	Atletas profissionais	Atletas em formação	Total
Até 40%	11	10	21
Entre 41% e 50%	12	4	16
Entre 51% e 80%	11	27	38
Entre 81% e 99%		13	13
100%	6	29	35
	<u>40</u>	<u>83</u>	<u>123</u>





6 Intangível (continuação)

Redução ao valor recuperável

Os intangíveis do Cruzeiro SAF são formados pelos custos de formação, de atletas profissionais formados e direitos federativos adquiridos. A Administração concluiu não haver indicativos de *impairment* que requeiram a realização do teste do valor recuperável.

7. Imobilizado

	Taxa de depreciação	Saldo na data de início das operações	Adições ao custo	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/2022
Terrenos	0%		150.400		150.400
Edificações e benfeitorias	4%		63.644	(1.382)	62.262
Máquinas e equipamentos	10%		3.209	(349)	2.860
Móveis e utensílios	10%		576	(19)	557
Computadores	20%		494	(23)	471
Imobilizado em andamento	0%		3.803		3.803
Outros	10%				
			222.126	(1.773)	220.353

Em 27 maio de 2022 o Cruzeiro SAF firmou junto ao Cruzeiro Associação um contrato de compra e venda dos imóveis Toca da Raposa I e Toca da Raposa II, os centros de treinamento utilizados pelas equipes de futebol profissional, masculino e feminino, e pelas categorias de base. Como contrapartida a compra da Toca da Raposa I e Toca da Raposa II, o Cruzeiro SAF assumiu a obrigação de disponibilizar à Associação os recursos para pagamento da dívida tributária que foi parcelada no âmbito do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (“PERSE”), conforme Termo de Transação Individual Relativo ao PERSE, e o Termo de Transação Individual de Débitos do FGTS, celebrados com a PGFN - Procuradoria da Fazenda Nacional (ambos instrumentos serão de agora em diante denominados em conjunto “Parcelas PERSE”). O preço dos imóveis foi constituído como o valor total das parcelas PERSE, deduzido dos descontos concedidos pela PGFN, no montante de R\$ 216.727, em 27 de maio de 2022.

Durante o período compreendido entre 4 de fevereiro e 31 de dezembro de 2022, o Cruzeiro SAF pagou R\$ 7.883 referentes as obrigações de compra dos centros de treinamento. O saldo remanescente a pagar é de R\$ 208.838 em 31 de dezembro de 2022 a serem quitados em 12 anos.

A Administração do Cruzeiro Associação estima que o valor total a ser desembolsado para o pagamento do parcelamento tributário PERSE, que considera a projeção dos juros e correção monetária a serem pagos até o final dos pagamentos, é da ordem de R\$ 260.000 de acordo com o PRJ – Associação definido na Nota explicativa 20.

Análise de *impairment* do imobilizado

A Administração avaliou a existência de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, e não identificou evidências que poderiam indicar deterioração ou perda de valor dos itens que compõem o ativo imobilizado.

8. Contas a pagar de transferência de jogadores

Refere-se a aquisição dos direitos dos jogadores Bruno Rodrigues e Antônio Francisco Neto Moura que terão os saldos pagos durante o ano de 2023 e são tratados conforme Nota explicativa 2.7.





9. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Contraparte	Vencimento	Em 31/12/2022
Capital de giro			
Em moeda nacional			
Empréstimos com instituições financeiras			
Juros de CDI + 6% a.a	Bancos privados no país	24/03/2023	5.000
Juros de CDI + 7% a.a	Bancos privados no país	27/09/2024	14.719
			<u>19.719</u>
	Circulante		5.000
	Não circulante		14.719
			<u>19.719</u>

Os empréstimos são amparados pelo fluxo financeiro dos direitos creditórios dos contratos de parceria, patrocínio e transmissão de televisão. Não há quaisquer cláusulas restritivas previstas nos contratos de empréstimos.

10. Impostos e contribuições

	Em 31/12/2022
IRRF sobre folha	2.106
Tributação Específica do Futebol	1.981
ISS a recolher	343
Outros	110
Total de tributos a recolher	<u>4.540</u>
Circulante	4.540
Não circulante	
	<u>4.540</u>

Em consonância com a Lei da SAF foi criado regime tributário específico para as SAF que prevê o recolhimento da Tributação Específica do Futebol ("TEF"), unificando o pagamento de IRPJ, CSLL, contribuição ao PIS, Cofins com uma alíquota de 5% da receita recebida mensal auferida nos cinco primeiros anos e 4% nos anos subsequentes. No entanto, permanece obrigada a recolher o ISS sobre as prestações de serviço, cuja alíquota poderá variar de 2% a 5%, a depender do município, ICMS sobre venda de produtos com alíquotas a depender de legislações estaduais específicas e as contribuições de terceiros de 4,5% incidente sobre a folha de salários.

11. Obrigações trabalhistas e sociais

	Em 31/12/2022
Salários a pagar	2.253
Premiações por performance coletiva a pagar	2.386
Rescisões a pagar	1.555
Provisões de férias	1.288
Encargos	650
	<u>8.132</u>

- (i) Como é prática comum no mercado de futebol brasileiro, o Cruzeiro SAF também remunera seus jogadores através de valores baseados em performance coletiva não prevista contratualmente. O critério para pagamento destes valores a pagar é definido com base nos objetivos esportivos durante no processo de orçamento.





12. Provisão para contingências e acordos judiciais

O Cruzeiro SAF é parte em demandas trabalhistas e cíveis, em andamento, na esfera administrativa e judicial, amparadas por depósitos judiciais, quando aplicável. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, de acordo com a opinião de seus assessores jurídicos externos e internos que identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda no montante de R\$10.362.

A Lei da SAF prevê, como regra, que as sociedades anônimas do futebol (SAF) não respondem pelas obrigações do clube original que sejam anteriores ou posteriores à data de sua constituição, exceto quanto às obrigações diretamente vinculadas às atividades de futebol e que lhe foram transferidas. Em relação às obrigações do futebol anteriores ao início das operações da SAF, a Lei da SAF estabeleceu formas para proteger o patrimônio das SAF, estipulando que o pagamento de tais obrigações do futebol anteriores ao início das operações das SAF devem ser feitas pelo clube original por intermédio do Regime Centralizado de Execuções (“RCE”) ou por meio de recuperação judicial (“RJ”) ou extrajudicial (“RE”) do clube original. Ou seja, enquanto as dívidas do clube original estiverem sendo equacionadas por meio de umas das formas previstas na Lei da SAF, acima descritas, o patrimônio da SAF não pode ser objeto de constrições.

13. Receitas a apropriar

	<u>Em 31/12/2022</u>
Televisonamento	
Adiantamento de parcela dos direitos de transmissão do Campeonato Brasileiro de 2023	28.675
Patrocínios	1.381
Outros	<u>1</u>
Total, classificado no passivo circulante	<u><u>30.057</u></u>

14. Patrimônio Líquido

14.1 Capital social

Conforme Nota explicativa 1.1, como parte da transferência de ativos do Cruzeiro Associação para a Companhia, foi realizado aumento de capital social pelo Cruzeiro Associação na Companhia, no montante de R\$ 22.920, em contrapartida ao caixa e à cessão de direitos econômicos de jogadores transferidos para a Companhia. A cessão dos direitos econômicos foi efetivada em 2022, considerando que, na data de constituição da Companhia, os jogadores ainda estavam atuando pelo Cruzeiro Associação e os direitos econômicos não poderiam ser transferidos, de fato, para a Companhia.

Posteriormente, no dia 7 de abril de 2022, a Companhia emitiu debêntures conversíveis em ações no montante de R\$ 50.000, sendo R\$ 26.000 através da conversão de contrato de mútuo entre a Companhia e o acionista da Tara Sports Brazil e R\$ 24.000 em aporte de novos recursos pela Tara Sports Brazil. Além da capitalização de R\$ 50.000, a Tara Sports assumiu contratualmente o compromisso de investir até R\$ 350.000 na Companhia, pela aquisição de 90% do seu capital votante. O valor a ser integralizado, de R\$ 350.000, poderá ser quitado (i) por meio de novos aportes de capital na Companhia; e/ou (ii) incremento das receitas provenientes da exploração da atividade do futebol e dos direitos de propriedade intelectual do Cruzeiro Associação, incluindo as linhas de negócio já exploradas e outras que venha ser desenvolvidas após a subscrição das debêntures (“Receitas Incrementais”); e/ou (iii) valores pagos pela SAF para quitação de passivos do Cruzeiro Associação.

As Receitas Incrementais serão calculadas com base na receita bruta anual nos exercícios sociais de 2023 a 2027 (“Período de Apuração”) que, somadas, superem em R\$ 350.000, corrigidos anualmente pela variação do IPCA, o valor de referência correspondente a R\$ 220.000, para cada exercício social dentro do Período de Apuração, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Em 31 de outubro de 2022, a Companhia aprovou a conversão da totalidade das debêntures de propriedade da Tara Sports Brasil em 206.280.000 ações ordinárias Classe B, aumentado desta forma o capital social do Cruzeiro SAF para R\$ 72.920, sendo 22.920.000 ações ordinárias Classe A de propriedade do Cruzeiro Associação e o restante da Tara Sports Brasil.

14.2 Prejuízos acumulados

Na rubrica “Prejuízos acumulados” estão refletidos os prejuízos do período compreendido entre 4 de fevereiro a 31 de dezembro de 2022.





15. Receita operacional líquida

	Ref.	Período entre 04/02/2022 e 31/12/2022
Receita operacional bruta		
Bilheteria e outras receitas em jogos	(i)	31.937
Programa sócio-torcedor		30.324
Patrocínio e publicidade		28.817
Direitos de transmissão fixos e premiações por performance	(ii)	28.710
Transferência de atletas e mecanismo de solidariedade	(iii)	16.233
Receitas com royalties e licenciamento		14.153
Outros		180
Total da receita operacional bruta		150.354
Impostos e contribuições		(4.226)
Receita operacional líquida		146.128

(i) Bilheterias e outras receitas com jogos e resultado líquido apurado

	Período entre 04/02/2022 e 31/12/2022			
	Renda bruta dos jogos	Deduções da renda bruta dos jogos	Renda líquida dos jogos	Quantidade de jogos
Campeonato Brasileiro	27.567	(1.471)	26.096	18
Campeonato Mineiro	3.315	(803)	2.512	5
Copa do Brasil	3.282	(307)	2.975	2
Outros	354		354	
	34.518	(2.581)	31.937	25

(ii) Direitos de transmissão fixos e premiações por performance

	Período entre 04/02/2022 e 31/12/2022
Campeonato Brasileiro	17.564
Copa do Brasil	7.731
Campeonato Mineiro	3.000
Outros	415
	28.710





15 Receita operacional líquida (continuação)

(iii) Transferência de atletas e mecanismo de solidariedade

	<u>Ref.</u>	<u>Período entre 04/02/2022 e 31/12/2022</u>
Transferência de atletas e mecanismo de solidariedade		
Rescisão contratual	(a)	10.800
Venda de direitos econômicos de atletas	(b)	4.431
Mecanismo de solidariedade	(c)	962
Outros		40
		<u>16.233</u>

(a) Valor referente à rescisão contratual unilateral do atleta Vitor Hugo Roque Ferreira

(b) Valor correspondente às vendas dos direitos econômicos do atleta Igor Thiago Nascimento Rodrigues para o clube Lodogorets, pelo montante de R\$ 3.341, e do atleta Jadsom M. de O. da Silva para o Redbull Bragantino, pelo montante de R\$ 1.090.

(c) Valores correspondentes a mecanismo de solidariedade, principalmente na transação de venda dos direitos econômicos do atleta Fabricio Bruno pelo Redbull Bragantino para o Clube de Regatas do Flamengo.

16. Custos do Futebol

	<u>Período entre 04/02/2022 e 31/12/2022</u>
Salários, direitos de imagem, encargos e benefícios	57.400
Custos diretos e indiretos com jogos	22.032
Amortizações	9.431
Serviços de assessoria e consultoria	4.823
Baixa do ativo intangível	3.386
Custos com viagens e hospedagens	2.649
Custos com alimentação	1.878
Depreciação	1.777
Manutenção geral	1.124
Taxas de legalização jogadores	808
Outros custos	3.395
	<u>108.703</u>

17. Despesas gerais e administrativas

	<u>Período entre 04/02/2022 e 31/12/2022</u>
Salários, encargos e benefícios	26.890
Despesas comerciais	7.410
Outras despesas	3.092
	<u>37.392</u>





18. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Nota	Período entre 04/02/2022 e 31/12/2022
Pagamento de dívidas do Cruzeiro Associação, sem ressarcimento	(i)	25.568
Outras despesas (receitas)		(604)
		<u>24.964</u>

- (i) Pagamento de dívidas do Cruzeiro Associação, sem direito a ressarcimento, conforme Acordo de investimento, sendo R\$ 20.478 de dívidas com clubes no exterior referentes a transação de jogadores que geravam punições desportivas e conseqüentemente ameaçavam a continuidade dos negócios da Companhia. Estes valores foram integralmente quitados durante o período.

19. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	Período entre 04/02/2022 e 31/12/2022
Receita financeira	
Rendimentos de aplicações financeiras	640
Variação cambial	403
Rendimentos de depósitos judiciais	241
Descontos obtidos	138
Total da receita financeira	<u>1.422</u>
Despesa financeira	
Juros e encargos sobre empréstimos	(755)
Variação cambial	(378)
Total da despesa financeira	<u>(1.133)</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	<u>289</u>





20. Transações com partes relacionadas

Natureza da transação	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022		
	Contas a receber com o Cruzeiro Associação	Contas a pagar com o Cruzeiro Associação	Contas a pagar ao Cruzeiro Associação pela compra de imóveis
Ressarcimento de valores conforme Nota 1.1	90.353		
Compra dos imóveis "Toca da Raposa 1 e 2" pelo Cruzeiro SAF			(208.838)
Obrigações do Cruzeiro Associação pagas pelo Cruzeiro SAF	49.929		
Obrigações do Cruzeiro SAF pagas pelo Cruzeiro Associação		(65.140)	
Compensação entre ativos e passivos financeiros	(42.446)	42.446	
	<u>97.836</u>	<u>(22.694)</u>	<u>(208.838)</u>
Parcela classificada no Circulante		(22.694)	(12.726)
Parcela classificada no Não circulante	97.836		(196.112)
Total do ativo (passivo)	<u>97.836</u>	<u>(22.694)</u>	<u>(208.838)</u>

As contas a receber e a pagar com o Cruzeiro Associação deverão ser atualizadas de acordo com o índice IPCA. Considerando que a liquidação dos valores a receber, líquidos, têm prazo incerto e de longo prazo, a Administração optou por não reconhecer rendimentos sobre os valores a receber por considerar que o valor do desconto a valor presente sobre os recebíveis é equivalente ao valor dos rendimentos não reconhecidos.

O pagamento de obrigações do Cruzeiro Associação pela Companhia e as antecipações de caixa feitas pelo Cruzeiro Associação de contratos transferidos para a Companhia impactaram em uma menor disponibilidade de recursos para a Companhia, durante o período de 2022.

Eventuais luvas e/ou outros valores recebidos pelo Cruzeiro Associação e eventuais custos de aquisição dos contratos de venda de direitos de TV, além daqueles descritos na Nota explicativa 1.1, não foram transferidas para a Companhia por já estarem 100% liquidadas e não serem um item elegível a reembolso pelo Cruzeiro Associação ao Cruzeiro SAF em conexão com o Acordo de Investimento entre o Cruzeiro Associação e a Tara Sport.

Importante destacar que o Cruzeiro Associação protocolou, no dia 11 de julho de 2022, o seu pedido de recuperação judicial e, no dia 14 de setembro de 2022, apresentou a primeira versão do plano de recuperação judicial ("PRJ - Associação"). O Acordo de Investimento entre a Tara Sports e o Cruzeiro Associação prevê condições para o auxílio financeiro do Cruzeiro SAF ao Cruzeiro Associação, de modo que lhe sejam providos recursos necessários para o cumprimento das obrigações assumidas no PRJ – Associação. A administração do Cruzeiro Associação estima que o Cruzeiro SAF precisará prover (i) R\$ 497.778 a serem pagos em moeda nacional, (ii) R\$ 13.389 equivalentes a US\$ 2.566 mil e (iii) R\$ 337 equivalentes a EUR 61 mil, totalizando R\$ 511.504 ao longo de 18 anos de acordo com a relação de credores elaborada pelos administradores judiciais e apresentada nos autos da RJ, que apresenta o valor dos créditos sujeitos a RJ. O Cruzeiro Associação entende que o valores informados no PRJ-Associação podem ser diferentes dos valores divulgados pelos administradores judiciais devido ao alto dinamismo do processo e, principalmente à diferença das premissas utilizadas, que se forem consideradas os montantes referentes a correção monetária e juros projetados dos pagamentos poderão chegar a R\$682.000. Até a data de emissão deste relatório a Assembleia Geral de Credores para votação do PRJ-Associação ainda não tinha sido marcada.

Conforme política contábil na Nota explicativa 2.8, a Companhia entende que não possui uma obrigação presente, mas sim futura, de pagar um auxílio financeiro para o Cruzeiro Esporte Clube até o pagamento integral das dívidas cíveis e trabalhistas do Clube a ser implementado através de uma recuperação judicial proposta por iniciativa do Cruzeiro Associação, ainda pendente de aprovação pelos credores do Cruzeiro Associação na data de emissão deste relatório. Como resultado, a Administração concluiu que a obrigação de pagar o auxílio financeiro ao Cruzeiro Associação será reconhecida progressivamente de acordo com os prazos de pagamento previstos no PRJ – Associação.





21. Gestão de riscos

As atividades do Cruzeiro SAF a expõem a diversos riscos: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

A administração tem a responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Cruzeiro SAF, e é também responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento destas políticas.

As políticas de gerenciamento de risco foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual o Cruzeiro SAF está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Cruzeiro SAF.

Risco de mercado e taxas de juros

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos resultados do Cruzeiro SAF ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Administração do Cruzeiro SAF monitora ativamente as oscilações de mercado, mas não opera com instrumentos financeiros derivativos como forma de proteção contra riscos de mercado, utilizando sempre que possível, a proteção natural proveniente do contas a pagar e do contas a receber mantidos em moeda estrangeiras em valores mais próximos possíveis.

O Cruzeiro SAF sofre ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Nesse sentido, os riscos de mercado estão relacionados com as taxas de juros das aplicações de curto prazo ou do endividamento bancário.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de o Cruzeiro SAF encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Cruzeiro SAF na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Cruzeiro SAF.

O Cruzeiro SAF monitora também, através do orçamento e revisões mensais, o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de terceiros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras obrigações, também a análise do risco através dos indicadores sugeridos pelo fair play financeiro recentemente adotado pela CBF, garantindo o cumprimento dos compromissos estabelecidos por meio das medidas estratégicas discorridas na Nota explicativa 1.2.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	A partir de 5 anos	Total
Fornecedores	9.146				9.146
Empréstimos	5.000	14.719			19.719
Contas a pagar de transferência de jogadores	2.563				2.563
Luas e intermediação de atletas a pagar	18.296				18.296
Adiantamento a clientes	1.062				1.062
Impostos e contribuições	4.540				4.540
Obrigações trabalhistas e sociais	8.132				8.132
Contingências e acordos judiciais	10.361				10.361
Receitas a apropriar	30.057				30.057
Obrigações com partes relacionadas	22.694				22.694
Obrigações com partes relacionadas - centros de treinamento	12.726	12.726	63.522	119.864	208.838
Outras contas a pagar	3.293				3.293
Total dos passivos em 31 de dezembro de 2022	127.870	27.445	63.522	119.864	338.700

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro. O Cruzeiro SAF está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente, com relação ao Contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, o Cruzeiro SAF registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização.





21 Gestão de riscos (continuação)

Risco cambial

O Cruzeiro SAF possui contas a receber e pagar contratados em moeda estrangeira (principalmente o dólar norte-americano e euro), em decorrência de transações internacionais relacionadas principalmente com a negociação de direitos sobre atletas profissionais. O risco vinculado a estes ativos e passivos decorre da possibilidade de o Cruzeiro SAF incorrer perdas pelas flutuações nas taxas de câmbio. O Cruzeiro SAF não possui instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção contra a oscilação da taxa de câmbio. A administração entende que o risco de exposição líquida a moedas estrangeiras não é relevante frente a posição patrimonial e financeira.

22. Eventos subsequentes

Na data de emissão deste relatório, a Companhia não possuía nenhuma restrição legal ou regulamentar nas esferas nacionais e internacionais ao registro de jogadores ou punições desportivas relevantes, apesar das notícias vinculadas na mídia no mês de fevereiro de 2023.

No mês de março de 2023, a Tara Sports Brasil obteve um acordo com veículo de investimento ligado ao empresário Pedro Lourenço. O acordo contempla uma subscrição de debêntures conversíveis na Tara Sports Brasil. Os recursos captados serão utilizados exclusivamente para necessidades operacionais do Cruzeiro SAF.

Em 28 de abril de 2023, foi assinado um acordo vinculante, com as premissas comerciais acordadas entre a Companhia e o Minas Arena – Gestão de Instalações Comerciais para utilização do Complexo do Mineirão pelo Cruzeiro SAF entre 2023 e 2025. Esse acordo servirá como parâmetro para o contrato definitivo, que será consolidado até o mês de julho e terá validade até dezembro de 2025. Com isso, o Cruzeiro SAF, em consonância com o apresentado na Nota explicativa 3 tem expectativa de otimização de seus faturamentos com bilheteria, maior adesão e permanência de seus sócios torcedores, bem como consequente contribuição direta para uma performance desportiva ímpar tal qual representou o ano de 2022.





Declaração sobre a aprovação das demonstrações financeiras e sobre o relatório dos auditores independentes

O presidente, o diretor financeiro e o contador do Cruzeiro Esporte Clube Cruzeiro SAF- Sociedade Anônima do Futebol declaram que as demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos da legislação vigente e que:

- Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do Cruzeiro SAF do período findo em 31 de dezembro de 2022; e
- Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Mazars Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras do Cruzeiro SAF do período findo em 31 de dezembro de 2022.

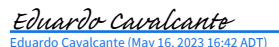
Belo Horizonte, 5 de maio de 2023


Gabriel R. Lima (May 16, 2023 15:40 ADT)

Gabriel R. Lima
Presidente


Raphael Vianna (May 16, 2023 15:41 ADT)

Raphael Feijó Ferreira Vianna
Diretor financeiro


Eduardo Cavalcante (May 16, 2023 16:42 ADT)

Eduardo Cavalcante
Contador (CRC 1SP214.257/O-5)





Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros do
Cruzeiro Esporte Clube - Sociedade Anônima do Futebol
Belo Horizonte - MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Cruzeiro Esporte Clube - Sociedade Anônima do Futebol (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 4 de fevereiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período compreendido entre 4 de fevereiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades desportivas.

Base para opinião com ressalva

Limitação de escopo em relação às contas a receber e contas a pagar entre a Companhia e o Cruzeiro Esporte Clube (“Cruzeiro Associação”)

Conforme Nota explicativa 20 às demonstrações financeiras, a Companhia possui, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 97.836 mil em contas a receber por obrigações do Cruzeiro Associação pagas pela Companhia e R\$ 22.694 mil em contas a pagar por obrigações da Companhia pagas pelo Cruzeiro Associação - entidade que protocolou, conforme Nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, pedido de recuperação judicial ainda não aprovado pelos credores do Cruzeiro Associação, o que indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional do Cruzeiro Associação e, por conseguinte, sobre o valor de recuperação das contas a receber que a Companhia tem com aquela entidade. Adicionalmente, até a data desse relatório, não obtivemos evidências de auditoria de que as contas a receber e as contas a pagar entre a Companhia e o Cruzeiro Associação estavam devidamente reconciliadas entre as partes. Como consequência, não nos foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação aos referidos saldos, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e notas explicativas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria (“PAA”)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria foi planejada e executada considerando as operações e transações da Companhia ocorridas em 2022.





Mensuração da provisão para contingências

Descrição do PAA

Conforme Nota explicativa 12 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte em processos judiciais e administrativos em que os autores pretendem ter reconhecida a responsabilidade solidária da Companhia em relação às dívidas do Cruzeiro Esporte Clube, em ações propostas ex-funcionários do Clube, principalmente de natureza trabalhista. Para concluir que a Companhia não é responsável solidária em relação ao Cruzeiro Esporte Clube nestas ações trabalhistas, a Companhia utilizou assessores legais externos, que determinaram o prognóstico do risco de perda, classificando os processos judiciais em andamento como perda remota.

No Brasil, processos judiciais e/ou administrativos podem ser encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação e jurisprudência vigentes. Além disso, a legislação sobre a sociedade anônima do futebol é recente e ainda não há jurisprudência uniforme em tribunais superiores. Assim, a definição de reconhecimento de um passivo contingente e a sua mensuração - que considera aspectos subjetivos para classificação do prognóstico de perda - requer elevado grau de julgamento.

Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria porque a avaliação das estimativas e julgamentos significativos adotadas para o reconhecimento e mensuração da provisão para contingências requer um alto grau de julgamento do auditor, além de esforço e subjetividade na execução de procedimentos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria envolveu a avaliação das evidências obtidas como resultados dos procedimentos de auditoria executados, entre os quais destacamos os seguintes:

- Obtivemos entendimento dos controles internos da Administração, envolvendo a identificação, reconhecimento e mensuração dos passivos contingentes, bem como as divulgações em notas explicativas;
- Obtivemos confirmações dos assessores legais externos quanto ao prognóstico de perda para a totalidade dos processos judiciais e/ou administrativos em andamento;
- Inspecionamos a totalidade das respostas dos assessores legais externos e efetuamos o confronto dos valores e prognósticos de risco informados com os registros auxiliares mantidos pelo departamento jurídico e avaliamos se os requerimentos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes foram adequadamente aplicados nas demonstrações financeiras;
- Efetuamos a avaliação da consistência de prognósticos de perda para processos com características semelhantes, quando aplicável;
- Avaliamos se as divulgações das contingências mais significativas foram adequadamente incluídas em nota explicativa.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para contingências, bem como as divulgações, estão consistentes com as posições dos consultores jurídicos.





Reconhecimento das obrigações de auxílio financeiro para o pagamento da recuperação judicial do Cruzeiro Esporte Clube (“Cruzeiro Associação”)

Descrição do PAA

Conforme descrito nas Notas explicativas 1 e 2.8 às demonstrações financeiras, a Companhia tem a obrigação de prover auxílio financeiro para o Cruzeiro Associação até o pagamento integral da dívida do Clube, a ser paga na recuperação judicial ainda não aprovada pelos credores do Cruzeiro Associação até a data desse relatório.

Considerando as disposições legais da legislação e os termos dos acordos entre o Cruzeiro Associação e a Companhia, a Administração avaliou os aspectos legais e as normas contábeis com apoio de assessores legais e especialistas e concluiu que a Companhia não possui uma obrigação presente, mas sim futura, de pagar um auxílio financeiro ao Cruzeiro Associação com base nas suas atividades em período futuro. Como resultado, a Administração concluiu que a obrigação de pagar um auxílio financeiro ao Cruzeiro Associação será reconhecida progressivamente de acordo com as suas atividades em período futuro.

Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria porque a determinação do correto momento para o reconhecimento e mensuração da obrigação de pagamento do auxílio financeiro ao Cruzeiro Associação tem significativo impacto nas demonstrações financeiras e o assunto requer esforço e subjetividade na execução de procedimentos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os principais procedimentos de auditoria foram os seguintes:

- Efetuamos a leitura e análise dos contratos entre a Companhia e o Cruzeiro Esporte Clube;
- Discutimos com a Administração a razoabilidade de suposições significativas sobre a existência de uma obrigação presente da Companhia de pagamento de um auxílio financeiro ao Cruzeiro Associação e, por conseguinte, sobre o adequado momento de registro do passivo correspondente às obrigações do auxílio financeiro que a Companhia tem a pagar ao Cruzeiro Associação; e
- Obtivemos opiniões de outros especialistas contábeis com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos argumentos e interpretações adotados pela Companhia.

Como resultado dos procedimentos efetuados, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela administração da Companhia para fins de contabilização da obrigação de auxílio financeiro para o pagamento da recuperação judicial do Cruzeiro Associação são razoáveis e consistentes com as informações obtidas em nossos trabalhos e com as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.





Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades desportivas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.





Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 2023

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Rodrigo Albuquerque

Rodrigo de A. Albuquerque
Contador CRC CE019775/O-9 T-RJ

